

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. [número], DE [dia] DE [mês] DE [ano]

MINUTA PARA CONSULTA PÚBLICA

Estabelece critérios para a classificação de nível de empresa produtora brasileira independente, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto, e dá outras providências.

A **DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 6º do Anexo I do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014 e, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 7º da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e conforme decidido na [número] Reunião de Diretoria Colegiada, de [dia] de [mês] de [ano],

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamentar os critérios para classificação de nível de empresa produtora, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto.

Art. 2º. Somente as empresas classificadas na ANCINE como produtoras brasileiras independentes estarão aptas a captar recursos por meio de fomento indireto administrado pela ANCINE, de acordo com sua classificação de nível.

§ 1º. A empresa produtora requererá sua classificação de nível ou a revisão de sua classificação na forma do Anexo I.

§ 2º. A empresa produtora que não solicitar a classificação de nível será automaticamente enquadrada no Nível 1 (um).

§ 3º. Para classificação de nível a empresa produtora deverá possuir registro regular na ANCINE, estar classificada como empresa produtora brasileira independente, nos termos da Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, e apresentar como atividade econômica, principal ou secundária, no seu instrumento de constituição ou em alterações contratuais posteriores,

aquelas classificadas nas subclasses CNAE 5911-1/99 – atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, 5911-1/01 – estúdios cinematográficos, ou 5911-1/02 – produção de filmes para publicidade.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por:

I – Comunicação Pública de Obra Audiovisual: ato mediante o qual a obra audiovisual é disponibilizada ao público por qualquer meio ou procedimento nos diversos segmentos de mercado audiovisual, destinado à representação ou execução pública, incluindo a exibição, transmissão, emissão, retransmissão ou difusão;

II – Conteúdo Audiovisual: resultado da atividade de produção que consiste na fixação ou transmissão de imagens, acompanhadas ou não de sons, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

III – Fomento indireto: recursos de incentivo fiscal federal, relativos às atividades de financiamento de projetos audiovisuais, provenientes dos mecanismos previstos na Lei nº. 8.313/91, Lei nº. 8.685/93, Lei nº. 11.437/06, e na Medida Provisória nº. 2.228-1/01, e recursos oriundos de conversão de dívida proveniente da Lei nº. 10.179/01, e suas alterações posteriores;

IV – Grupo Econômico: associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação, nos termos do Artigo 243 da Lei nº 6.404/1976, ou ligadas por sócio comum com posição preponderante nas deliberações sociais de ambas as empresas, ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados;

V – Obra Audiovisual: produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de

captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

VI – Obra Audiovisual do Tipo Animação: obra audiovisual produzida principalmente através de técnicas de animação, cuja maioria dos personagens principais, se existirem, sejam animados;

VII – Obra Audiovisual do Tipo Documentário: obra audiovisual não seriada ou seriada organizada em temporada única ou em múltiplas temporadas, que atenda a um dos seguintes critérios:

a) ser produzida sem roteiro a partir de estratégias de abordagem da realidade, ou;

b) ser produzida a partir de roteiro e cuja trama/montagem seja organizada de forma discursiva por meio de narração, texto escrito ou depoimentos de personagens reais;

VIII – Obra Audiovisual do tipo Ficção: obra audiovisual produzida a partir de roteiro e cuja trama/montagem seja organizada de forma narrativa;

IX – Obra Audiovisual Não Seriada: obra audiovisual que não se enquadra na definição de obra audiovisual seriada;

X – Obra Audiovisual Seriada: obra audiovisual que, sob o mesmo título, seja produzida em capítulos ou episódios;

XI – Obra Derivada: a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

XII – Obra Originária: a criação primígena;

XIII – Produtora brasileira independente: produtora brasileira que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

a) ser constituída sob as leis brasileiras;

b) ter sede e administração no País;

c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

e) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;

f) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;

g) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;

XIV – Projeto ativo: projeto aprovado para captação de recursos federais para o qual não houve ainda decisão final sobre sua prestação de contas;

XV – Responsável Editorial por Canal de Programação: pessoa natural que exerça controle efetivo e em última instância sobre a seleção e organização em sequência linear temporal de conteúdos audiovisuais de um canal de programação;

XVI – Segmento de Mercado Audiovisual: recorte do espaço econômico, composto por um conjunto de atividades encadeadas realizadas por um ou vários agentes econômicos a fim de levar ao consumidor final um produto ou serviço audiovisual específico, em uma área geográfica delimitada;

XVII – Segmento de Mercado Audiovisual – Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura (TV Paga): conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação dos serviços de oferta de múltiplos canais de programação cada qual com grades horárias específicas por difusão linear, com linha editorial própria, com qualidade de serviço geralmente garantida por rede dedicada, ofertados ao consumidor final de forma onerosa;

XVIII – Segmento de Mercado Audiovisual – Radiodifusão de Sons e Imagens (TV Aberta): conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos,

necessárias à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, que consiste na oferta de conteúdos audiovisuais a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral;

XIX – Segmento de Mercado Audiovisual – Salas de Exibição: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação do serviço de exibição cinematográfica, que consiste na projeção de obras audiovisuais em tela de grande dimensão, para fruição coletiva pelos consumidores finais;

XX – Segmento de Mercado Audiovisual – Vídeo Doméstico: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por diversos agentes econômicos, necessários para ofertar ao consumidor final, a título oneroso, obras audiovisuais em qualquer suporte de mídia pré-gravada;

XXI – Segmento de Mercado Audiovisual – Vídeo por Demanda: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação dos serviços de oferta de um conjunto de obras audiovisuais na forma de catálogo, com linha editorial própria, para fruição por difusão não linear, em horário determinado pelo consumidor final, de forma onerosa;

XXII – Semana Cinematográfica ou Cinessemana: período de exibição cinematográfica que se inicia na quinta-feira e se encerra na quarta-feira seguinte.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL

Seção I

Dos Grupos Econômicos

Art. 4º. A soma dos valores autorizados para captação das empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico não poderá ultrapassar o teto de captação da empresa do mesmo grupo econômico classificada no nível mais elevado.

Parágrafo único. Cada empresa do grupo econômico não poderá ultrapassar o valor autorizado para o seu nível individual de captação.

Art. 5º. As empresas que tenham os mesmos sócios, pessoas naturais, ou que tenham o mesmo sócio, pessoa natural, com posição preponderante em duas ou mais empresas, não poderão no conjunto ultrapassar o teto da empresa de maior nível.

Art. 6º. A classificação ou reclassificação de nível nos termos desta Instrução Normativa será acompanhada da declaração de participação em grupo econômico, conforme modelo do Anexo II.

Art. 7º. O requerimento de classificação de nível deverá ser acompanhado de documento(s) comprobatório(s) de comunicação pública, com fins comerciais, em território brasileiro, em ao menos um dos segmentos de mercado previstos no inciso II do art. 9º.

§ 1º. Será considerado como documento comprobatório:

- a) matéria de jornal e/ou de revista especializada, ou assemelhados, que ateste a realização de comunicação pública da obra ou informe a data prevista para estreia;
- b) contrato de licenciamento para comunicação pública da obra audiovisual, nos termos do inciso I do art. 3º, no qual conste o período de comunicação pública da obra;
- c) declaração do representante legal de programadoras ou radiodifusoras, ou do responsável editorial por canal de programação, com firma reconhecida, que ateste a comunicação pública da obra em seus canais.

§ 2º. Excepcionalmente, a critério da área competente da ANCINE, poderão ser considerados, para fins do § 1º deste artigo, outros documentos comprobatórios não listados.

§ 3º. Caso se verifique a comunicação pública da obra sem o prévio registro de título, será instaurado processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação e aplicação das penalidades cabíveis, nos termos definidos em Instrução Normativa específica, observados os direitos do regulado ao contraditório e à ampla defesa.

Seção II

Dos Requisitos para Classificação de Nível

Art. 8º. Para classificação de nível da empresa produtora serão considerados os seguintes tipos de obra:

a) obra audiovisual não seriada com duração superior a 70 (setenta) minutos, dos tipos ficção, documentário ou animação;

b) obra audiovisual seriada, com mínimo de 4 (quatro) capítulos ou episódios, e duração total mínima de 90 (noventa) minutos, dos tipos ficção ou documentário, independentemente do número de temporadas produzidas;

c) obra audiovisual seriada, com mínimo de 4 (quatro) capítulos ou episódios, e duração total mínima de 20 (vinte) minutos, do tipo animação, independentemente do número de temporadas produzidas.

Art. 9º. Para fins da classificação de nível prevista no art. 8º somente serão consideradas:

I – obras audiovisuais produzidas a partir de 1994, conforme atestado em seus Certificados de Produto Brasileiro – CPB;

II – obras audiovisuais que comprovem comunicação pública, com fins comerciais, em território brasileiro, nos seguintes segmentos de mercado: salas de exibição, vídeo doméstico, radiodifusão de som e imagens (TV aberta), comunicação eletrônica de massa por assinatura (TV paga) e vídeo por demanda.

§ 1º. Não serão consideradas obras audiovisuais derivadas constituídas predominantemente a partir da utilização de conteúdo audiovisual já utilizado na produção de uma obra originária.

§ 2º. Não serão considerados conjuntos ou compilações de obras audiovisuais.

§ 3º. No caso de obra audiovisual com comprovação de comunicação pública no segmento de mercado de salas de exibição, será exigido que a obra tenha sido exibida, no mínimo, por 1 (uma) semana cinematográfica.

Art. 10. A obra audiovisual realizada em regime de coprodução será considerada para classificação de nível, nos termos desta Seção, apenas para o produtor detentor majoritário dos direitos patrimoniais com poder dirigente sobre a obra.

§ 1º. No caso de coprodução internacional, a obra será considerada na classificação do produtor brasileiro que detenha a majoritariedade dos direitos patrimoniais com poder dirigente referente à parte brasileira.

§ 2º. No caso de obra audiovisual cujos direitos patrimoniais com poder dirigente sejam divididos igualmente entre os coprodutores, a obra será considerada para fins de classificação para apenas um deles, cuja determinação se dará por meio de acordo firmado entre eles.

§ 3º. Caso não seja enviado o acordo previsto no § 2º deste artigo, a obra audiovisual não será considerada na classificação de nível de nenhum dos coprodutores.

§ 4º. Estão dispensados da participação no acordo previsto no § 2º deste artigo os agentes econômicos que não estejam aptos a captar recursos de fomento público indireto.

§ 5º. No caso de obra audiovisual resultado de projeto de fomento aprovado na ANCINE que utilize recursos públicos federais, o requerimento deverá ser apresentado pelo proponente do projeto, independentemente de seu percentual de detenção de direitos patrimoniais com poder dirigente.

Art. 11. Não haverá transferência de obras entre empresas produtoras, mesmo aquelas extintas, para fins de classificação de nível nos termos desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. As obras que se enquadrem no art. 8º, produzidas por pessoa natural, poderão pontuar apenas uma vez e apenas para empresa constituída pela pessoa natural produtora daquela obra, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 10.

CAPÍTULO III

DOS LIMITES DA CAPTAÇÃO

Art. 12. O nível de classificação da empresa produtora será determinado a partir do número mínimo de obras audiovisuais produzidas por ela, conforme a seguinte tabela:

Nível	Requisito mínimo Nº de obras audiovisuais passíveis de pontuação, nos termos do Capítulo II
--------------	--

1	-
2	2 (duas) obras
3	4 (quatro) obras
4	6 (seis) obras
5	12 (doze) obras

Art. 13. O nível de classificação da empresa produtora determinará o limite máximo autorizado para a captação de recursos de fomento indireto administrados pela ANCINE, de acordo com a seguinte tabela:

Nível	Teto de captação (R\$)
1	5.000.000,00
2	15.000.000,00
3	35.000.000,00
4	70.000.000,00
5	100.000.000,00

Parágrafo único. O limite máximo autorizado para a captação de recursos de fomento indireto preconizados nesta Instrução Normativa será aferido pelo somatório dos projetos ativos de cada empresa, excluindo-se aqueles que já tenham sido recepcionados para realização de prestação de contas final.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As pessoas naturais ficam limitadas à apresentação de até 2 (dois) projetos, cuja soma dos orçamentos não poderá ultrapassar o teto de captação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado o prévio registro na ANCINE, nos termos da Instrução Normativa específica.

Art. 15. As empresas produtoras classificadas nos termos da Instrução Normativa nº. 54, de 2 de maio de 2006, que estejam com seu registro na ANCINE em situação regular na data de

entrada em vigor desta Instrução Normativa, serão reclassificadas automaticamente de acordo com a seguinte tabela:

Nível sob vigência da IN 54/06	Novo nível a partir desta IN
Nível 1	Nível 1
Nível 2	
Nível 3	
Nível 4	Nível 2
Nível 5	
Nível 6	Nível 3
Nível 7	Nível 4

Art. 16. O § 2º do art. 14 da Instrução Normativa nº. 22, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.**.....

.....

§ 2º. As empresas produtoras que não tenham formalizado solicitação de classificação de nível mencionada no inciso II deste artigo ficam automaticamente classificadas no Nível 1, em conformidade com Instrução Normativa específica que trata de limites de captação.” (NR)

Art. 17. A Instrução Normativa nº. 22/03 passa a vigorar acrescida do art. 55-F:

“**Art. 55-F.** Os Microempreendedores Individuais – MEI não poderão se beneficiar dos recursos dos incentivos fiscais federais provenientes dos mecanismos previstos na Lei nº. 8.313/91, Lei nº. 8.685/93, Lei nº. 11.437/06, e na Medida Provisória nº. 2.228-1/01 e, ainda, dos recursos oriundos de conversão de dívida proveniente da Lei nº. 10.179/01, e suas alterações posteriores.” (NR)

Art. 18. O inciso IX do art. 2º da Instrução Normativa nº. 61, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º.**.....

.....

IX – projeto ativo: projeto aprovado para captação de recursos federais para o qual não houve ainda decisão final sobre sua prestação de contas;” (NR)

Art. 19. Os casos excepcionais e omissos serão decididos pela Diretoria Colegiada.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário e, especialmente, a Instrução Normativa nº. 54, de 2 de maio de 2006.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, [dia] de [mês] de [ano].

MANOEL RANGEL

Diretor-Presidente

ANEXO I – Instrução Normativa nº. [número]/[ano]

Formulário de requerimento de classificação de nível de empresa produtora, nos termos da Instrução Normativa nº. [número], de [dia] de [mês] de [ano].

Dados da empresa produtora	
Nome empresarial:	
CNPJ/MF:	
Nome do representante legal:	
CPF/MF do representante legal:	
Endereço eletrônico:	

Obras audiovisuais, válidas para fins de classificação de nível, realizadas pela própria empresa produtora	
CPB nº	Título Original

Acompanham o presente requerimento os documentos comprobatórios de comunicação pública das obras acima relacionadas.

Temos ciência de que serão consideradas apenas as obras audiovisuais que atendam ao disposto no Capítulo [número] da Instrução Normativa [número].

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações inverídicas neste requerimento está sujeita às sanções previstas no Código Penal:

_____, ____ de _____ de 20 ____.
(Cidade, data)

Nome e assinatura do representante legal

Anexo II – Instrução Normativa nº. [número]/[ano]

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO ECONÔMICO

Dados da empresa produtora requerente	
Nome Empresarial:	
CNPJ/MF:	
Nome do representante legal:	
CPF/MF do representante legal:	
Endereço eletrônico:	

Declaro, por meio de representante acima qualificado, para fins do disposto no artigo [número] da Instrução Normativa nº. [número]:

NÃO manter relações com outros agentes econômicos, constituindo-se um grupo econômico, nos termos da Instrução Normativa nº 91;

Manter relações com os agentes econômicos abaixo relacionados, constituindo-se um grupo econômico:

Razão Social	CNPJ/MF	Registro ANCINE nº.

Declaro, ainda, ter ciência de que *grupo econômico* é a associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação¹, ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados.

Declaro, por fim, serem verdadeiras as informações prestadas, neste termo, sob pena de responsabilidade civil e penal, conforme art. 299 do Código Penal Brasileiro, e ter ciência do dever de comunicar imediatamente à ANCINE, em caso de alteração das informações acima declaradas e outras que impliquem a classificação.

_____, de _____ de 20 ____.
(Cidade, data)

Nome e assinatura do representante legal

¹ Instrução Normativa ANCINE nº. 91, Art. 1º, inciso XLIV - Pessoa Jurídica Coligada - A pessoa jurídica na qual o investidor detém influência significativa. Presume-se ocorrer a coligação quando o investidor for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante do investido, sem controlá-lo. Também serão consideradas coligadas, duas ou mais pessoas jurídicas cujo capital votante for detido, direta ou indiretamente, em pelo menos 20% (vinte por cento), por uma mesma pessoa natural ou jurídica. XLV - Pessoa Jurídica Controlada - A pessoa jurídica na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.